# Demonstrações Financeiras

**CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** 

30 de junho de 2019

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

# CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

# Demonstrações financeiras

30 de junho de 2019

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 (11) 2573-3000 www.ey.com.br

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

#### CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6

#### CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
ATIVO				PASSIVO			
Circulante		108.606	108.894	Circulante		94.668	3.249
Disponibilidades	4	208	206	Outras obrigações		94.668	3.249
				Fiscais e previdenciárias	8	704	823
Aplicações interfinanceiras de liquidez  Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	72.685 72.685	75.061 75.061	Negociação e intermediação de valores Diversas	9 10	1.789 92.175	2.113 313
Aplicações em depositos intermanceiros		/2.685	/5.061	Diversas	10	92.175	313
Títulos e valores mobiliários e instrumentos							
financeiros derivativos		35.392	6.099				
Carteira própria	6	35.392	6.099	Exigível a longo prazo		5.028	8.834
				Outras obrigações		5.028	8.834
Outros créditos		303	27.528	Fiscais e previdenciárias	8	4.494	4.998
Diversos	7	303	27.528	Diversas	10	534	3.836
Outros valores e bens		18					
Despesas antecipadas		18	-				
				Patrimônio líquido	13	22.186	110.420
				Capital social:		104.338	104.338
Realizável a longo prazo		13.275	13.608	De domiciliados no País		104.338	52.169
				De domiciliados no Exterior		-	52.169
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.405	10.757	Aumento de Capital:		257	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	11.405	10.757	De domiciliados no País		257	-
				Redução de Capital:		(92.000)	
				De domiciliados no País		(92.000)	-
Outros créditos		1.870	2.851	Reserva Legal		2.518	2.576
Diversos	7	1.870	2.851	Reserva Especial de Lucro		7.073	3.506
Permanente		1	1				
Total do Ativo		121.882	122.503	Total do Passivo		121.882	122.503

## CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

#### (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		3.657	4.999
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	3.657	4.999
Resultado bruto da intermediação financeira		3.657	4.999
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.020)	(518)
Despesas de pessoal		(126)	(157)
Outras despesas administrativas	17	(545)	(623)
Despesas tributárias	18	(204)	(710)
Outras receitas operacionais	19	193	1.132
Outras despesas operacionais	20	(338)	(160)
Resultado operacional		2.637	4.481
Resultado não operacional		(6)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.631	4.481
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(170)	(790)
Provisão para imposto de renda		(416)	(434)
Provisão para contribuição social		(258)	(356)
Reversão de passivo fiscal diferido		504	-
Lucro líquido dos semestres		2.461	3.691
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	13.a	27.977	27.977
Lucro por lote de mil ações - em R\$		0,088	0,132

#### CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

#### (Em milhares de reais)

			_	Reservas	de Lucros		
	Capital Social	Aumento de Capital - Capital a Realizar	Redução de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	104.338	_		2.391	33,478		140,207
Lucro do semestre	-	_	_	2071	-	3.691	3,691
Constituição de reservas (nota nº 13.c)	_	_	-	185	3,506	(3.691)	-
Dividendos (nota nº 13.b)	_	-	-	-	(33.478)	-	(33.478)
Saldos em 30 de junho de 2018	104.338			2.576	3.506		110.420
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338			2.724	4.663		111.725
Aumento de capital (nota nº 13.a)	104.556	257	-	(257)	4.003	-	111./23
Redução de capital (nota nº 13.a)		237	(92.000)	(231)		-	(92.000)
Lucro do semestre		-	(92.000)	-		2.461	2.461
Constituição de reservas (nota nº 13.c)		-	-	51	2.410	(2.461)	2.401
Saldos em 30 de iunho de 2019	104,338	257	(92,000)	2,518	7.073	(2.401)	22.186

# CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos semestres		2.461	3.691
Ajustes ao lucro:			
Depreciação e amortização	17	-	77
Reversão de passivo fiscal diferido	12	(504)	-
Provisões para riscos	11.b	244 -	881
Total dos ajustes		(260)	(804)
Lucro líquido ajustado	_	2.201	2.887
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		58.639	(10.757)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(1.057)	10.251
Redução em outros créditos		486	11.162
Redução em outros valores e bens		52	_
Redução em outras obrigações		(710)	(41.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	_	57.410	(30.869)
Dividendos pagos	13.b	(1.665)	(45.434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	_	(1.665)	(45.434)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	_	57.946	(73.416)
No início dos semestres		14.947	148.683
No fim dos semestres	4	72.893	75.267

#### CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em novembro de 2018, o Banco Caixa Geral Brasil S.A. adquiriu do Caixa BI a participação de 50% que ele possuía na CGD Investimentos e, portanto, a partir deste momento, o Banco passou a ser o único acionista da Corretora.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;

Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;

Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;

Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;

Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e

Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

#### 3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

#### d) Títulos e valores mobiliários

São classificados na carteira de "negociação", avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

Os títulos classificados na categoria de "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

#### e) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

#### f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- Provisões para riscos são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- Passivos contingentes são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

#### g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (20% até 2018, com base na Lei nº 13.169 de 2015) do lucro antes dos impostos.

#### h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	208	206
Aplicações em depósitos interfinanceiros	72.685	75.061
Total	<u>72.893</u>	75.267

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019		2018			
	Até 3 meses	De 1 a 3		Atá 2 magag	De 1 a 3	
	Ate 5 meses	<u>anos</u>	<b>Total</b>	Até 3 meses	anos	<b>Total</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	72.685	11.405	84.090	75.061	10.757	85.818
Total	72.685	11.405	84.090	75.061	10.757	85.818

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as aplicações em depósitos interfinanceiros de liquidez de longo prazo, referem-se a recursos financeiros garantidos em "escrow account", devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2019		2018	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 3 a 5 anos	35.375	35.392	6.095	6.099
Total de títulos para negociação	35.375	35.392	6.095	6.099
Circulante	35.375	35.392	6.095	6.099
Total de títulos e valores mobiliários	35.375	35.392	6.095	6.099

Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias "negociação", "disponível para venda" e mantidos até o vencimento".

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA.

#### 7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.250	1.931
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 11.a)(*)	923	28.382
Adiantamentos e antecipações salariais	-	6
Outros		60
Total	2.173	30.379
Circulante	303	27.528
Realizável a longo prazo	1.870	2.851

(\*) Em 2018, referiam-se, principalmente, ao IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 24.263 e à discussão no tocante ao PIS/COFINS(lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 2.920. Em 22 de fevereiro de 2019, os títulos públicos dados em garantia dos processos de IR/CSLL e PIS/COFINS foram desbloqueados pela Justiça Federal do Brasil.

# 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	674	790
Impostos e contribuições a recolher	30	33
Impostos diferidos (nota 12)	4.494	4.998
Total	5.198	5.821
Circulante	704	823
Exigível a longo prazo	4.494	4.998

## 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.789	2.113
Total	<u>1.789</u>	2.113

### 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	534	3.836
Fornecedores a pagar	27	56
Provisões diversas	147	-
Redução de Capital a Pagar (nota nº 13.a)	92.000	-
Outras	1	<u>257</u>
Total	92.709	<u>4.149</u>
Circulante	92.175	313
Exigível a longo prazo	534	3.836

<sup>(\*)</sup> Refere-se a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como "provável" a perda (nota 11).

# 11. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

		2019		2018
<u>Descrição</u>	<u>Provisão</u>	Depósitos judiciais	<u>Provisão</u>	Depósitos judiciais
Provisões fiscais (a):				
PIS	-	-	-	408
COFINS	-	-	-	2.512
IR/CSLL Des mutualização				24.263
Provisões para riscos fiscais:	-	-	-	27.183
Provisões para riscos cíveis: (b)	-	112	-	105
Provisões para riscos trabalhistas: (c)	534	811	3.836	1.094
Total	534	923	3.836	28.382

- (a) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS(Lei nº 9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questionava a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.
- (b) Em 30 de junho de 2019, a Corretora possuía 15 processos de natureza cível (10 em 2018), no montante total de R\$593 (R\$600 em 2018), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (c) Em 30 de junho de 2019, a Corretora possuí 2 processos de natureza trabalhista, classificados como provável pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$534. Em 2018, a Corretora possuía 6 processos, no montante de R\$ 3.836, classificados como provável e 4 processos, no montante de R\$ 1.533, classificados como possível.

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 36.447, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

#### b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2017	5.933
Constituição (nota nº 20)	125
Reversão (nota nº 19)	(1.006)
Pagamento processo trabalhista	(1.216)
Saldo em 30/06/2018	3.836
	Trabalhistas
Saldo em 31/12/2018	765
Constituição (nota nº 20)	244
Pagamento processo trabalhista (*)	(475)
Saldo em 30/06/2019	534

<sup>(\*)</sup> No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Corretora encerrou 1 processo trabalhista, através de acordo, no montante de R\$ 475

# 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	2.631	4.481
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (25% e 20% em 2018).	(1.040)	(2.004)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(21)	(68)
Outras despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	(21)	(68)
Efeito das adições e (exclusões) temporarias na apuração do imposto:	94	938
MTM de TVM	(4)	(5)
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	92	943
Outros	6	-
Prejuizo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	293	344
Reversão de passivo fiscal diferido	504	-
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	(170)	(790)

#### b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	15.214	17.431
Outras provisões temporárias	501	2.047
Total de créditos tributários não contabilizados	15.715	19.478

#### c) Composição de obrigações diferidas

	2019	2018
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	(2.013)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	(2.517)
Total de obrigações diferidas	(4.494)	(4.998)

#### d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	(Constituição) / realização	Saldo em 30 de junho de 2019
Pis a recolher - "Escrow Account"  Cofins a recolher - "Escrow Account"  CSLL a recolher - "Escrow Account"  IRPJ a recolher - "Escrow Account"  Total	(65) (403) (2.013) (2.517) (4.998)	504 - 504	(65) (403) (1.509) (2.517) (4.494)
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	(Constituição) / realização	Saldo em 30 de junho de 2018
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(2.013)	-	(2.013)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)		(2.517)
Total	(4.998)		(4.998)

#### e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 4.216 (R\$ 4.621 em 2018)

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Total
Obrigações diferidas	1.124	1.112	1.129	1.129	4.494

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

# 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ações ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92.000, com consequente cancelamento de 23.291.140, sendo 11.645.570 ações ordinárias e 11.645.570 ações preferenciais, e o aumento de capital social, no montante de R\$ 257, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva legal, com observância do limite de 20%

do capital social.

Em 30 de junho de 2019, a redução e o aumento de capital estavam em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

#### b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 1.665, referente ao exercício de 2018 (R\$ 33.478 em 2018).

#### c) Reservas de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 51 (R\$185 em 2018) e reserva de lucros de R\$ 2.410 (R\$3.506 em 2018).

#### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

		2019		2018	
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	177	-	177	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	72.685	2.248	75.061	3.645
Obrigações por empréstimos					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	-
Outras obrigações - diversas					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(92.000)	-	-	-

#### 15. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestão-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basiléia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 30 de junho de 2019, é de 35,18% (34,28% em 2018).

# 16. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.584	3.811
Resultado com títulos de renda fixa	1.083	1.199
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	(10)	(11)
Total	3.657	4.999

## 17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Comunicação	(15)	(15)
Processamento de dados	(215)	(209)
Serviços do sistema financeiro	(76)	(104)
Serviços técnicos especializados	(111)	(120)
Serviço de terceiros	(6)	(3)
Depreciação e amortização	-	(77)
Publicações	(25)	(41)
Seguros	(53)	(31)
Outras	(44)	(23)
Total	(545)	(623)

## 18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
COFINS	(153)	(205)
PIS	(25)	(34)
Atualização monetária	-	(321)
Outras	(26)	(150)
Total	(204)	(710)

#### 19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Atualização de depósitos judiciais	71	-
Encerramento de contas	107	-
Reversão de provisões trabalhistas	-	1.006
Outros	15	126
Total	<u>193</u>	1.132

#### 20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(244)	(125)
Outras despesas	(94)	(35)
Total	(338)	(160)

#### 21. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil — BACEN homologou a redução de capital, no montante de R\$ 92.000, e o aumento de capital, no montante de R\$ 257. A partir desta data, o capital social da Corretora passou a ser de R\$ 12.595, representado por 4.658.908 ações nominativas, sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.